

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DA GUARDA  
REALIZADA NO DIA 21 DE  
MARÇO DE 2022-----**

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Sérgio Fernando da Silva Costa, Presidente, Diana Catarina Rodrigues Monteiro, Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes, Carlos Alberto Chaves Monteiro, Maria Lucília Neves Pina Monteiro, Vítor Manuel dos Santos Amaral e Luís António Vaz do Couto, Vereadores. -----

**ABERTURA**

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e sete minutos. -----

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Boa tarde a todas e a todos. Temos um pedido de um cidadão que pede para fazer uma intervenção aqui no período de Antes da Ordem do Dia, na auscultação ao público, Albino Bárbara, faça favor, cinco minutos para poder fazer a sua intervenção, se fizer o favor.” -----

- **Albino Bárbara, Público:** “Com certeza, senhor Presidente, muito obrigado. Em primeiro lugar cumprimentar o senhor Presidente, a senhora Vice-Presidente, senhores Vereadores, funcionários e jornalistas também. Durante o período da campanha eleitoral, pouco ou quase nada se falou em Cultura, como se em Pandemia a Cultura fosse parente pobre de uma situação, com culpas provavelmente, também para alguns agentes culturais, não só para os agentes

políticos, mas não se falou. Acontece que, quando na minha qualidade de Presidente do Centro Cultural da Guarda fomos visitados por praticamente todas as forças candidatas e o que é que aconteceu? Falámos sobre aquilo que era inevitável, ou seja, a Capital Europeia da Cultura, a candidatura da Capital Europeia da Cultura e com toda a frontalidade, com todos os que nos visitaram, a nossa posição era clara, muito clara, relativamente a esta questão. Fomos a primeira instituição, logo que foi anunciado, por parte do Executivo da Câmara, o propósito de fazer esta candidatura, fomos os primeiros a dizer claramente que sim, que estaríamos de acordo. -----

Eu, na minha qualidade, enquanto Deputado Municipal, numa Assembleia Municipal de Distrito, mais propriamente, em Celorico da Beira, foi à Assembleia Municipal de Celorico da Beira sob minha proposta, que efetivamente aprovou, foi a primeira, por unanimidade, mas como também estava na Assembleia Municipal, na Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, fiz também a proposta e também foi aprovada por unanimidade. -----

Nós vimos aqui uma janela de oportunidade para a Guarda, mais uma janela de oportunidade para a Guarda, ser colocada no mapa e nem todas as cidades, não é ..., seria uma honra para a Guarda, porquê? Porque nós, isto não foi de ânimo leve, colocámos os prós e os contras antes de levarmos isto a qualquer tipo de aprovação, e prós eram muito mais que os contras, ou seja, nós sabemos a nossa localização, sabemos que era uma aposta do Interior contra o Litoral. Sabíamos o que é que nós temos, o nosso Património, as nossas Serras, a nossa Gastronomia, o nosso Património Cultural, os nossos Castelos, as nossas Aldeias Históricas, enfim, por aí adiante. Pesámos isso tudo. Efetivamente, alargaram-se horizontes e não foram apenas os catorze Concelhos que definiram que deveriam apoiar a Guarda Capital Europeia da Cultura e claro que sim, claro que sim, alargámos horizontes e curiosamente, nós a nível de Centro Cultural que somos aquela Instituição que

mais saímos a nível da cidade e do Concelho para outras paragens, nomeadamente, do Norte ao Sul do País inclusivamente para Castilla y León. Ainda agora vamos ter uma saída para León curiosamente. Dizer-vos que abraçámos este projeto, primeiro porque é a nossa terra, segundo porque era a janela de oportunidade de que já falei e em terceiro, porque era extremamente importante para nós para o Interior, não só para a Guarda, mas para toda esta região, efetivamente abraçamos este projeto. Curiosamente, em dado momento, percebeu-se que não ..., havia ali qualquer coisa que não estava a funcionar muito bem, e em dois mil e..., perdão, se não me falha a memória, em princípio de dois mil e dezanove..., há, falta-me dizer aqui uma coisa, que quando veio o senhor Pedro Gadanho para aqui como Diretor Executivo, o Centro Cultural foi brindado com a visita do senhor Diretor Executivo da Guarda Capital Europeia da Cultura, foi brindado por cinco minutos, porque o senhor esteve lá a olhar incessantemente para o relógio. E, eu dirigi-me diretamente para ele e disse-lhe: «Oh senhor arquiteto se efetivamente está com muita pressa eu termino já.», porque percebi que não havia condições. Esta foi a grande visita ..., nós fomos das poucas instituições que fomos brindados com a visita do Diretor Executivo, cinco minutos, cinco minutos, meus senhores. Relativamente a isto, é de todo o interesse perceber-se que em dado momento eu fui à apresentação ali no TMG do senhor arquiteto como Diretor Executivo e saí de lá perplexo, porque percebi que o senhor não percebia nada disto. Quando me define que efetivamente, entre todas as Cidades, não foi Vilas ou Concelhos, entre todas as Cidades apoiantes, que foi a frase dele, que se deveria fazer uma ciclovia, eu percebi que não sabia muito bem ..., que se faz uma ciclovia, porque um cidadão normal, como qualquer um que aqui está, efetivamente, deve ter alguma dificuldade vir de Seia para a Covilhã, a subir por ali a cima. Bom, eu fiquei um bocado perplexo e digo-vos que depois disso, percebi que não há o envolvimento das Associações, as Associações Culturais, as Desportivas, os Sindicatos, o Mundo Empresarial, enfim,

a sociedade viva, o que nós chamamos sociedade civil. Não houve envolvimento. E o que é que criam com isto? Eu não consultei o dossier da Guarda Capital Europeia da Cultura, mas aquilo que leio aqui nos jornais é uma única coisa, é que ia completamente incompleto, completamente incompleto. Esqueceram-se de mencionar, sei lá, desde o SIAC, desde o Centro de Estudos Ibéricos e por aí adiante. É isso que eu leio, não li, portanto, aí se calhar falha minha, mas acredito que não foi desmentido até ao momento. Senhor Presidente, depois de tudo isto, as perguntas têm que se colocar, e é a si e ao Executivo que as tenho que colocar. O que é que sobrou da Guarda Capital Europeia da Cultura? O que é que se pode aproveitar dos estudos, dos projetos, enfim, dos encontros, das definições, que segundo se consta foram gastos para cima de um milhão de euros. O senhor Presidente dirá se é verdade se é mentira. Quanto é que foi gasto, senhor Presidente? E nós, e agora é uma questão de cidadania, gostaríamos muito de saber, que é uma questão de cidadania, ao pormenor, como é que foi gasto e em que é que foi gasto. E dizer senhor Presidente, se aproveitou alguma coisa, se restou alguma coisa desta Candidatura. É nossa obrigação perguntar ao Executivo, o que é que vão fazer? Se é que restou alguma coisa, porque se não restou senhor Presidente foi uma verdadeira perda de tempo e uma perda de dinheiro. Muito obrigado.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Bom, sobre essa matéria, aliás, na última Reunião de Câmara tivemos oportunidade de falar um pouco sobre isso, mas respondendo concretamente às duas, às três questões essenciais que nos colocou e que agradecemos, aquilo que nós podemos dizer, foi exatamente aquilo que dissemos na última Reunião de Câmara. Nós vamos, juntamente com os programadores da Candidatura, vamos visitar todos os projetos para percebermos quais é que, efetivamente, têm pernas para andar, com os pés bem assentes na terra, porque nós podemos pensar em muitas formas, em muitos projetos, mas depois temos que os adaptar à realidade do nosso quotidiano, à realidade da Guarda. E é

esse trabalho, que aliás nós já começámos a fazer com alguns programadores, para fazermos a análise de tudo aquilo que foi pensado, tudo aquilo que foi projetado e percebermos aqueles que de facto podem vir a ser implementados, num futuro que não seja muito distante, mas sempre com os pés bem assentes na terra, até porque há contas ainda para pagar. E, os valores, nós iremos, assim que nós tenhamos esse Relatório finalizado, nós iremos naturalmente divulgar, fazer a divulgação desses números para percebermos do que é que estivemos, efetivamente, a gastar ao longo dos últimos três, quatro anos, essencialmente, para que as pessoas tenham a noção de quanto é que estas coisas custam. E, seja com as despesas que já foram pagas, seja com outras que ainda não foram pagas, sejam outras que ainda é preciso resolver sob o ponto de vista jurídico, porque há algumas matérias, que nos dizem, que há situações pendentes de regularização, são os documentos que nos têm chegado oficialmente. E, portanto, é todo esse trabalho que nós já iniciámos e é essa a garantia que nós podemos dar, vamos olhar para cada um dos projetos, porque nós queremos, nós entendemos que depois de tanto dinheiro gasto, efetivamente, haverá projetos que terão pernas para andar no futuro. É a isso que nós faremos a análise, com os nossos Técnicos e com os nossos programadores e falaremos depois a certa altura sobre isso, depois de termos toda essa análise bem-feita. -----

- **Albino Bárbara, Público:** “Obrigado, Sr. Presidente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** Não sei se há mais alguma questão, que queira colocar?” -----

- **Albino Bárbara, Público:** “Da minha parte eram estas questões. Agradeço realmente a sua disponibilidade, conjuntamente com toda a Câmara e claro que é evidente que isto era uma questão pertinente para nós que andamos no mundo Associativo, porque efetivamente, como sabe, no mundo Associativo luta-se muito,

e aquilo que efetivamente temos é muito pouco. E também dizer-lhe senhor Presidente, porque diz aqui: «Câmara da Guarda define política Cultural após fracasso da Guarda dois mil e vinte e sete», está aqui. Senhor Presidente é necessário, por exemplo, não só o apoio monetário às Associações é também ..., defina, por exemplo, uma pessoa em concreto para estar permanentemente interligada com as Associações, porque, eu digo-lhe isto sabe porquê? Porque nós quando ligamos para a Câmara, temos qualquer assunto para tratar, digo nós, digo mundo Associativo e aqui não digo apenas Centro Cultural, porque todos os outros parceiros dizem precisamente a mesma coisa. Aqui serei um porta voz mais alargado desse mundo Associativo. Senhor Presidente, hoje este projeto está com «A» e no dia seguinte ou passado dois ou três dias, está com «C». Se nós tivermos um interlocutor dentro da Câmara Municipal, com quem falarmos, sabermos que é efetivamente aquele a quem nos devemos dirigir, naturalmente, que as coisas, penso eu, ficariam muito mais facilitadas, não sei se para a Câmara, mas que para o mundo Associativo ficaria muito mais facilitado, lhe garanto que efetivamente ficava, senhor Presidente. Também é o alerta que lhe deixo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem, muito obrigado. Aliás, é pertinente aquilo que refere para que os projetos possam ser acompanhados e ter a continuidade desse acompanhamento técnico necessário e não se pode mudar de um dia para o outro dos técnicos que fazem esse acompanhamento, claro está. E, a esse propósito, tal como nós temos vindo a falar desde há vários meses e na nossa campanha eleitoral, temos que ser consequentes também com aquilo que todos andámos a falar, que tem a ver com a criação no Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e ao Associativismo, às Associações e, portanto, na nova Lei Orgânica existirá lá essa figura para poder dar também esse apoio às Associações que no nosso Concelho são cerca de cento e cinquenta Associações, Culturais, Desportivas, Sociais, Bombeiros, são cerca de cento e cinquenta Associações e,

naturalmente, têm que ter o apoio necessário, fazer o “*follow up*” dos assuntos para as Associações, independentemente da interajuda e do apoio que cada uma das Divisões, em razão da matéria, dá sempre a cada uma das Associações, mas essa figura é, efetivamente, é importante que ela surja e que ela exista.”. -----

- **Albino Bárbara, Público:** “Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado nós. Antes de entrar propriamente no período Antes da Ordem do Dia e eu queria, já o devia ter feito há pouco e peço desculpa por isso, nós tivemos este fim de semana a perda de uma pessoa que sentou-se variadíssimas vezes aqui nesta sala, noutra órgão, foi na Assembleia Municipal, que foi a Emília Gonçalves. E, perante aquilo que ela também ajudou a construir, também a Democracia aqui na nossa Cidade, no nosso Concelho, na nossa Assembleia Municipal e, por isso, eu propunha um minuto de silêncio em honra da Maria Emília Dias de Carvalho Gonçalves. -----

#### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

Antes da Ordem do Dia, dar aqui algumas breves notas. Reunião Plenária da Comissão Consultiva do Processo de Revisão do PDM, revisão essa iniciada em dois mil e dezanove, tendo-se realizado no passado dia onze de março a primeira reunião plenária da sua Comissão Consultiva, com o objetivo de recuperar o atraso do processo. A referida Comissão Consultiva é composta por trinta e oito entidades, onde se incluem os oito Municípios confinantes com os limites territoriais do concelho da Guarda. A reunião foi efetuada por videoconferência, devido às restrições sobre a realização de reuniões presenciais e foi presidida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). Previamente à realização da reunião plenária, parte das entidades disponibilizaram na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) os seus pareceres, tendo os mesmos sido sucintamente expostos na reunião. As várias entidades que compõem a referida Comissão Consultiva solicitaram alterações sobre os

documentos da primeira proposta de revisão de Plano Diretor Municipal disponibilizada pela Câmara Municipal para esse efeito. Nos próximos meses continuará o trabalho técnico e as reuniões sectoriais com as entidades presentes e com as Juntas de Freguesia. Este é um dos passos fundamentais para a conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal do Município da Guarda. -----

Um outro ponto, juntos pela Ucrânia – Concerto Solidário. Desde a primeira hora que a Guarda se mostra solidária com o povo ucraniano. O Município empreende agora mais uma ação, desta vez através do Teatro Municipal da Guarda (TMG) e da sua equipa técnica, com o Concerto solidário, “Juntos pela Ucrânia”. A iniciativa terá lugar no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda hoje, dia vinte e um de março, às 21h30, e pretende recolher fundos e bens essenciais para o povo ucraniano, atualmente vítima de conflitos armados pela invasora Rússia. Os artistas guardenses convidados são de várias áreas musicais e estéticas: Sexta Feira Santa, Trivenção, Volta e Meia, 100 ensaios, Rock out, Power Marc, Tânia Patrício, Tiago Sami Pereira e Menfis and Costa, prometem uma noite animada e, sobretudo, solidária. Também os UHF se quiseram juntar às bandas da Guarda para este Concerto Solidário, sendo que a mítica banda de rock portuguesa, liderada por António Ribeiro, fecha o cartaz deste pequeno-grande festival. O bilhete custa cinco euros, mas o público, se assim o entender, poderá doar um valor mais alto. Todo o valor amealhado será entregue à Caritas Diocesana da Guarda para ajuda aos refugiados da Ucrânia. -----

No espaço estarão também disponíveis contentores para quem quiser contribuir com outros bens, principalmente de higiene pessoal e produtos alimentares não perecíveis. Esta iniciativa é uma organização da Câmara Municipal da Guarda, do Teatro Municipal e tem o apoio da empresa Zero Graus. Sobre o mesmo tema, Chegaram à Guarda na noite do passado dia quinze de março mais cinquenta e um refugiados ucranianos, vindos de Lisboa após novo voo humanitário vindo de

Varsóvia. O grupo é composto na sua maioria por crianças e jovens e alguns ficaram alojados no Centro Apostólico, cedido pela Diocese da Guarda, e outros na Pousada da Juventude. Com este grupo são já perto de cem os refugiados acolhidos na Guarda, numa iniciativa do Município em estreita colaboração com a Secretaria de Estado da Internacionalização e o Alto Comissariado para as Migrações.-----

Município da Guarda adere à hora do Planeta. O Município da Guarda associa-se uma vez mais à Hora do Planeta, uma das maiores campanhas ambientais do mundo, desligando as luzes dos edifícios dos Paços do Concelho e, entre as 20h30 e as 21h30 do próximo dia vinte e seis de março. A Hora do Planeta é uma iniciativa global ambiental em parceria com a World Wide Fund of Nature. -----

Outro ponto, a Guarda promove Território e Produtos Endógenos na BTL. A participação do nosso Município na 33ª edição da BTL – Feira Internacional de Turismo foi um sucesso. Entre dezasseis e vinte de março, a Guarda promoveu o território e os seus produtos endógenos neste certame, em Lisboa. A promoção dos Passadiços do Mondego com a possibilidade de uma visita virtual pelo itinerário, a degustação de carne de Vitela Jarmelista e a promoção da 7ª Feira Ibérica de Turismo foram alguns dos destaques nesta edição que contou igualmente com muita animação. O stand da Guarda ficou localizado no Pavilhão dois da FIL do Parque das Nações. Na quinta-feira, dia dezassete, no período reservado a profissionais a Vereadora do Turismo da Câmara da Guarda, Diana Monteiro, fez a apresentação dos Passadiços do Mondego no espaço do Turismo Centro de Portugal. -----

Hoje e amanhã, dia vinte e um e vinte e dois de março, assinalam-se, respetivamente, o Dia Mundial da Árvore e o Dia Mundial da Água. O Município da Guarda associa-se às comemorações assinalando as datas com algumas iniciativas. Assim, esta manhã e numa parceria com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) foram plantadas árvores autóctones na Encosta Norte

da cidade (no largo do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários). Com o apoio de várias entidades convidadas e dos alunos de duas turmas, uma de cada Agrupamento de Escolas do Concelho, foram plantados meia centena de carvalhos naquele local. As mesmas turmas foram desafiadas pela Câmara Municipal e vão ser as autoras de vários trabalhos alusivos à Água e ao Ambiente e que vão passar a integrar as faturas mensais da água dos munícipes. A ideia é sensibilizar e reeducar os mais velhos, através das palavras e da sensibilidade dos mais novos para as incontornáveis questões ambientais e climáticas. O Município da Guarda envolveu também nestas comemorações todas as Juntas de Freguesia do Concelho, que vão plantar árvores por estes dias. Sendo que o Município forneceu a cada uma delas vinte e cinco carvalhos. Um ato simbólico, para sensibilizar a população para a importância do meio ambiente e da proteção da natureza. -----

Um outro ponto, o Centro Europeu de Competências para a Economia Social será na Guarda. A futura liderança da Guarda na área de formação da Economia Social, numa Europa cada vez mais envelhecida, é uma oportunidade de atração de competências e saberes que temos de concretizar com afínco e determinação. O Centro de Estudos Ibéricos será, portanto, a incubadora perfeita de uma valência que irá trazer cooperação e intercâmbios científicos, aliando a investigação à ação, para responder às necessidades nacionais e europeias, desbravando novos caminhos e competências na área da Economia Social. O CEI irá assim assumir um papel muito mais importante e estratégico para a Guarda e o Interior de Portugal. Recorde-se que, do lado português já havia sido assinado em janeiro o memorando de entendimento para a criação de um Centro Protocolar de Formação Profissional para a Economia Social, entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e o CEI. Trata-se de um centro de competências específico para o setor social, financiado pelo Programa de Recuperação e Resiliência, para definir currículos e programas

de formação a implementar na rede de formação. A Guarda desempenhará assim, um papel extremamente importante para o desenvolvimento da economia social na europa. -----

Um último ponto, António Pereira, do Centro de Artes Marciais da Guarda, campeão Nacional de Parakaraté. Decorreu, no dia vinte de março, em Santo Tirso, mais uma edição do Campeonato Nacional Sénior de Parakaraté onde reuniu centenas de atletas e treinadores, oriundos de todo o território nacional e ilhas. Em resumo do dia de competição, os nossos atletas levaram para casa três medalhas, duas de Campeões Nacionais e uma de Vice-Campeão Nacional Parakaraté. O atleta António Pereira do Centro de Artes Marciais da Guarda, consagrou-se Campeão Nacional e está de parabéns por mais um título alcançado. -----

#### **DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO**

– Conta final da Empreitada “Requalificação de Espaços Verdes na cidade da Guarda.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Por agora é tudo, Senhor Vereador.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Boa tarde a todos. Eu não tenho.... Neste ponto inicial queria apenas, mais uma vez, manifestar a minha preocupação a integração dos nossos ... daqueles que estamos a acolher que são refugiados vindos da Ucrânia. Ontem mesmo, tive alguns relatos de alguma discordância e forma de actuação de quem faz a ligação entre o grupo que está a ser instalado na Guarda e o Gabinete colocado na Câmara Municipal. Deram-me alguns exemplos e, portanto, mais uma vez eu venho manifestar junto do Executivo, esta minha preocupação. E era só.” --

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Senhores Vereadores.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Muito boa tarde a todos. Relativamente à questão também, que está na Ordem do Dia, que é importantíssima, de facto devemos ter e desenvolver todos os esforços no sentido de proteger e dar as melhores condições àqueles que necessitam, efetivamente, do nosso apoio. Foram mais cinquenta e um

refugiados, já tivemos ocasião de o referir, naquilo que pudermos ser úteis, o grupo dos Vereadores do PSD também se junta ao Executivo e, com certeza também ao Partido Socialista, no sentido de, efetivamente, aquilo que houver a fazer e dentro dos meios que existem ao nosso alcance podermos dar as melhores condições de integração num momento tão difícil para estes jovens e crianças, como é aquele que eles estão a atravessar e nós próprios também, que não podemos ser alheios a um fenómeno Mundial provocado apenas por uma mente perversa como é a do Presidente Russo. Nesse sentido, mais uma vez, penso que, o Executivo tudo terá ao seu alcance, assumirá para dar essas condições, mas também nós próprios queremos, efetivamente contribuir, tal como, o Partido Socialista também referiu, para que, a Guarda como sempre possa dar mais uma vez aqui um exemplo de solidariedade, integração e de resposta a um problema tão grave como este que acabámos ... e sentimos todos na pele. -----

Depois uma segunda questão, que se prende, efetivamente, já com um assunto que tem vindo, penso eu que não deveria fazer parte das Reuniões de Câmara. O senhor Presidente faz questão em usar do Regimento para calar a boca ao Partido Social Democrata, na verdade o senhor Presidente já ficou na história como o candidato a falsidade e a minha pergunta é se quer ficar na história como o Presidente da falsidade. Na verdade, o Partido Social Democrata não votou o Regimento, como o senhor Presidente tem obrigação de saber e muito menos o conteúdo que o mesmo tem. Fui já pela segunda vez confrontado com os tempos, além de uma má interpretação do autor que é o senhor Presidente, do Regimento da Câmara Municipal da Guarda, nós não aprovámos repito. Segundo, remete para o período Antes da Ordem do Dia, com cinco minutos é falso, porque, por cada assunto a ser cumprido do Regimento, algo que aconteceu pela primeira vez, nunca na verdade, seja quem lidera ou quem se opõe, esteve alguma vez limitado pelo exercício da

palavra naquilo que considera a defesa legítima dos seus interesses, dos interesses dos cidadãos que representa. -----

E, eu próprio, já sofri na pele várias interpolações, interrupções do senhor Presidente da Câmara usando uma má interpretação do próprio Regimento, mas desde logo é uma falsidade, que não é assim que se deve governar uma comunidade, não é para isso que nós respondemos perante o povo e no exercício legítimo do mandato, usar a mentira para conseguir atingir os objetivos. Como eu disse, eu não quero também que este Presidente fique como Presidente da falsidade e era importante, não só que fizesse um comunicado a um dos jornais que deu como notícia exatamente isso, que o grupo parlamentar dos Vereadores do PSD sabe muito bem o que aprovou, ora nós não aprovámos, e sempre manifestámos ..., nós nem aprovámos nem nos abstivemos, nós votámos contra. E, portanto, sofrer na pele consequências por inverdades, por manipulação clara das intenções que este Executivo teve nesta questão, e, portanto, iria ficar-lhe muito bem que pudesse corrigir esta situação, em prol da Democracia e no respeito pelos Vereadores todos e em particular os do PSD. -----

Depois também uma segunda nota, na verdade, nós assistimos esta forma de fazer política, é a sua, não é a nossa, que é o anúncio do anúncio. Nós conhecemos isso também há alguns anos a esta parte. Anuncia-se uma vez, duas, três e quando chega a vez da obra, quando chega, não é, e nós vamos esperar que o Centro de Competências para o setor social, ele se concretize. Mas, mais uma vez será, será o CEI também será o Centro de Competências, será o Centro de Envelhecimento. Senhor Presidente, das duas uma ou é ou então não sendo já, aguardemos por melhores oportunidades para poder efetivamente dizer à Guarda a verdade. A verdade é dizer, o processo está em curso, ainda leva alguns trâmites para serem concluídos e, oportunamente apresentaremos à Guarda aquilo que for objetivamente razoável considerar como um instrumento fundamental da mudança

da vida dos nossos cidadãos para melhor. É isso que se pretende com a política, agora, fazer política do anúncio, muito longe ainda de qualquer obra que será concretizada no nosso Território, ainda agora o Porto Seco, na semana passada, na Reunião de Câmara, ouvimos são mais dois anos de espera para se instalar o Porto Seco, e portanto lá está, a utilização do futuro como a regra de governação deste Executivo, e portanto, se conseguirmos colmatar e mitigar este tempo verbal com um tempo mais presente, se calhar a Guarda agradecerá e desde logo, o grupo parlamentar dos Vereadores do PSD. Disse. Obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Há pouco, eu não referi, que sendo também o dia Mundial da Poesia, a nossa BMEL – Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço, assinala também o dia com várias iniciativas para as escolas e para o público em geral e, portanto, também esta boa iniciativa para podermos comemorar este dia, digamos assim.-----

Senhor Vereador Luís Couto, bem-haja pelo que referiu. Aquilo que tem acontecido são imensas necessidades como pode imaginar, que surgem todos os dias e depois há pessoas que são demasiado voluntaristas ou voluntariosas e depois não articulam bem as coisas com quem têm que articular, que é com o Município. E, portanto, é normal que haja muitos voluntários, nem todos estão habituados a este tipo de “*modus operandi*”, porque há regras a serem cumpridas. Hoje mesmo de manhã, estive no Centro Apostólico, e, portanto, as coisas estão, a sua integração está a correr muito bem, já na fase seguinte, como falávamos na última Reunião de Câmara, já se começa a preparar com os Agrupamentos de Escolas também, a senhora Vice-Presidente já está a preparar outra forma de integração. As coisas estão a correr bem. Devagar para as pessoas se sentirem bem e acolhidas e as necessidades ao nível da educação deles já começa a ser um pedido deles próprios, portanto isso é muito importante e o caminho está-se a fazer devagar, mas bem, portanto agradeço sempre os alertas, porque nunca é demais falarmos sobre

isto, porque é uma matéria nova, para não dizer para todos nós, mas para muitos de nós e, portanto, com os voluntários tem sido feito sempre um trabalho muito proficuo na defesa do ser humano, que são estas cerca de cem pessoas que estão cá. No que diz respeito àquilo que foi referido pelo senhor Vereador Carlos Chaves Monteiro, estou perplexo com as palavras, com o baixo nível que o senhor teima em querer trazer para esta Reunião. Eu só lhe vou dizer duas ou três coisas, senhor Vereador. Leia o Regimento, veja o que diz lá sobre o período de Antes da Ordem do Dia, veja o artigo 9º, pode ver os outros antes, pode ver os outros depois, leia o que está lá, e portanto, temos que nos cingir ao que esta Câmara aprovou. Os adjetivos que o senhor utilizou ficam consigo, eu já lhe disse várias vezes que não sou nenhum espelho, não sou nenhum espelho, olhe eu podia, eu podia até lembrar aqui aquilo que foi falado no antigo matadouro, ali no Bairro da Luz. Um dia destes falaremos sobre isso, sobre aquilo que foi falado, que foi feito aqui nesta Câmara, em plena campanha eleitoral. Um dia destes havemos de falar sobre essa matéria, sobre outras também, mas sobre essa também, havemos de falar aqui nesta casa, nesta sala, neste órgão, sobre essa matéria, isso sim, a ludibriar as pessoas. --- No que diz respeito ao Centro de Competências ao Centro Protocolar, é capaz de doer um bocadinho, eu sei que dói, de vez em quando dói, é capaz de doer, quando de facto existe um trabalho feito entre a Câmara Municipal da Guarda, entre o Centro de Estudos Ibéricos e entre a Tutela Governamental, a senhora Ministra Ana Mendes Godinho, para que isto seja uma realidade. E o caminho está a fazer-se, por isso é que foi assinado aquele protocolo em Lisboa no início do ano, e foi agora assinado o documento em Espanha para que seja efetivamente já, passe a ser um Centro Protocolar de cariz Ibérico e caminhando para o Europeu e é o caminho que se está a fazer. Porque nunca ninguém se preocupou em fazer uma coisa destas com a envolvência do Centro de Estudos Ibéricos. A verdade é tão simples como isso. É normal que dão aquelas dores, mas se calhar com uma aspirina ou com um bem-u-

ron ou um brufen 600, passo a publicidade, pode ser que passe. Porque é esse o caminho que se deve fazer para se salvaguardar e potencializar as nossas instituições, catapultando-as cada vez mais para horizontes Nacionais e Ibéricos, como é o Centro de Estudos Ibéricos, sem nunca perder a sua matriz inicial, como bem referiu há época Eduardo Lourenço, e é esse caminho que está a ser feito, é esse caminho que nós vamos fazer com a Tutela Governamental, agora e sempre. Quando dói, toma-se um comprimido e pode ser que passe a dor.-----

### **ORDEM DO DIA**

**Contrato de Comodato a Celebrar entre o Município da Guarda e A Pró-Raia - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Senhora Vereadora Diana Monteiro, do seguinte teor:-----

#### **Proposta VDM n.º 35/2022**

#### **(Mandato 2021-2025)**

**Considerando que:**-----

- A Pró-Raia – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objeto o desenvolvimento local através da promoção e bem-estar social e material das populações, com sede na cidade da Guarda;-----
- O Município da Guarda adquiriu em dezembro de 2021, um imóvel propriedade da Pró-Raia, sito na Rua General Póvoas n.º 28 na Guarda, onde esta tinha a sua sede. Esta autarquia tem por objetivo ali instalar empresas tecnológicas, contribuindo assim para dinamizar a económica e aumentar o poder de atração do centro histórico da Guarda;-----
- Que o Município da Guarda é um dos associados da mencionada associação; -----

• Esta autarquia é proprietária e legítima possuidora de um prédio urbano em propriedade total, localizado no Largo do Paço do Bui n.º 3, 6300-592 Guarda, inscrito no Serviço de Finanças da Guarda na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4835, da freguesia da Guarda e descrito na Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o número 2227, da extinta freguesia da Guarda (Vicente), que atualmente se encontra devoluto. -----

**Nesta conformidade, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal se digne remeter a presente proposta à próxima reunião do Órgão Executivo para este deliberar: -----**

1. A cedência por comodato do prédio urbano sito no Largo do Paço do Bui n.º 3, 6300-592 à Pró-Raia – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte e aprovação da Minuta do Contrato de Comodato, que se anexa, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

2. Delegar no Presidente da Câmara Municipal da Guarda competência para a proceder à outorga do Contrato de Comodato. -----

**CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA GUARDA E A PRÓ-RAIA, ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA RAIA CENTRO NORTE -----**

**Entre as Partes Signatárias:-----**

**PRIMEIRO OUTORGANTE: -----**

Município da Guarda, com o número de identificação de pessoa coletiva de direito público 501 131 140, com sede na Praça do Município, 6301-854 Guarda, legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Sérgio Fernando da Silva Costa, contribuinte número 212 256 394, portador do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 10883644, válido até 19 de junho de

2029, no uso dos poderes concedidos pela alínea a) do n.º 1, do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, doravante designado por primeiro outorgante; -----

**SEGUNDA OUTORGANTE:** -----

Pró-Raia, Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte, com sede na Guarda, NIPC 503 256 846, legalmente representado por, \_\_\_\_\_, contribuinte número, \_\_\_\_\_ portador do Cartão de Cidadão com o número de Identificação \_\_\_\_\_ Civil \_\_\_\_\_ válido até \_\_\_\_\_ na qualidade de \_\_\_\_\_ - com poderes para o ato, conforme fotocópias de \_\_\_\_\_, adiante designado por Segundo Outorgante. -----

Entre o Primeiro e o Segundo Outorgante é celebrada e reciprocamente aceite, na sequência da deliberação da Câmara Municipal da Guarda de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022, o presente contrato de comodato, cujo objeto é um prédio urbano em propriedade total, localizado no Largo do Paço do Biu n.º 3, 6300-592 Guarda, descrito na Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o número 2227 da extinta freguesia da Guarda (S. Vicente) e inscrito no Serviço de Finanças da Guarda na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4835 da freguesia da Guarda, a favor do Município da Guarda, com o valor Patrimonial de €67.385,85 (sessenta e sete mil trezentos e oitenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos), doravante designado por OBJETO, o qual se rege pelas cláusulas seguintes e pela Lei que lhe for aplicável.-----

### **1.ª Cláusula**

No âmbito dos poderes que lhe são conferidos pela titularidade do OBJETO do presente contrato, o PRIMEIRO OUTORGANTE cede o mesmo em regime de comodato para o uso exclusivo do SEGUNDO OUTORGANTE, a título gracioso, razão pelo qual lhe entrega o uso e fruição do mesmo. -----

### **2.ª Cláusula**

1. O presente contrato tem em vista a cedência do OBJETO, durante 4 (quatro) anos, renovável exclusivamente para o desenvolvimento de atividades da competência do Segundo Outorgante ou nele delegadas, na condição de o imóvel ter uma dinamização relevante. -----
2. Findo o prazo inicial de duração do contrato, poderá o mesmo ser renovado, por iguais períodos, desde que requerido, por escrito, pelo Segundo Outorgante, com a antecedência mínima de dois meses, relativamente ao termo do prazo inicial ou de cada uma das suas renovações. -----
3. A renovação do prazo de duração do contrato está sempre dependente da prévia aceitação por parte da Câmara Municipal da Guarda. -----
4. Findo o prazo de duração inicial do contrato ou de qualquer das suas renovações sem que tenha sido deferido o pedido de renovação tem-se por extinto o contrato.--
5. Sempre que necessário, o Primeiro Outorgante compromete-se a ceder ao Segundo Outorgante auditórios e/ou salas de reuniões, desde que solicitado com uma antecedência mínima de cinco dias úteis. -----
6. Cessando a vigência do presente contrato, o SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se a restituir o OBJETO ora cedido, em bom estado de conservação e funcionamento. -----
7. O SEGUNDO OUTORGANTE não terá direito a qualquer indemnização ou compensação nem poderá alegar o direito de retenção em relação a obras ou benfeitorias que tenha executado. -----

### **3.ª Cláusula**

1. O PRIMEIRO OUTORGANTE pode denunciar o contrato em qualquer altura, desde que, comprovada e supervenientemente, se mostrem alterados os pressupostos de facto que fundamentaram a atribuição do OBJETO, designadamente se o SEGUNDO OUTORGANTE: -----

a) Não utilizar integral e ininterruptamente o OBJETO do presente contrato para o fim convencionado ou se deixar o mesmo sem atividades durante 6 (seis) meses seguidos; -----

b) Não manter as instalações em perfeito estado de conservação, segurança, limpeza e salubridade, competindo-lhe executar por sua conta e risco todas as reparações necessárias. -----

#### **4.ª Cláusula**

1. O objeto do presente contrato é cedido exclusivamente com o fim determinado no ponto um da segunda cláusula, não lhe podendo dar outro uso sem expressa autorização do Município da Guarda. -----

2. Fica expressamente proibido ao SEGUNDO OUTORGANTE ceder o OBJETO do presente do contrato a terceiros. -----

#### **5.ª Cláusula**

1. Durante a vigência do contrato, obriga-se o SEGUNDO OUTORGANTE com todas as despesas necessárias à manutenção do OBJECTO ora comodatado, suportando as despesas ordinárias e as despesas necessárias para o seu uso, designadamente despesas: -----

a) Decorrentes de conservação, manutenção, limpeza e segurança; -----

b) Consumo de água, eletricidade e telecomunicações; -----

c) Suportar os seguros, obrigatórios ou facultativos, designadamente os relacionados com as atividades que decorram no mesmo. -----

#### **6.ª Cláusula**

1. O SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se a realizar as benfeitorias necessárias para que o OBJETO possa adequar-se ao fim consignado no presente documento.--

2. Fica estabelecido entre as partes, ser vedado ao SEGUNDO OUTORGANTE proceder a quaisquer benfeitorias no OBJETO sem a prévia e expressa anuência do PRIMEIRO OUTORGANTE, bem como todas as obras referidas no número

anterior, devem ser objeto de licenciamento por esta edilidade e restantes entidades competentes. -----

3. A comunicação prevista no número anterior deve especificar obrigatoriamente as benfeitorias com peças escritas e desenhadas sobre as mesmas. -----

4. O incumprimento do previsto nos números anteriores determina a reversão de todas as benfeitorias nelas realizadas para o Município, sem direito a qualquer compensação ou indemnização. -----

### 7.ª Cláusula

Em tudo o que não estiver especificamente previsto no presente contrato observar-se-á o disposto no Código Civil. -----

### 8.ª Cláusula

O presente contrato entra em vigor no dia seguinte ao da data da sua assinatura. ---

O presente contrato é celebrado em dois exemplares, ambos valendo como originais, os quais vão ser assinados pelos outorgantes, sendo um exemplar entregue a cada um deles.-----

Assim o Outorgaram,-----

Primeiro. Outorgante-----

Presidente da Câmara Municipal da Guarda -----

\_\_\_\_\_-----

Segundo Outorgante-----

Representante da Pró – Raia -----

\_\_\_\_\_-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:**” Senhor Vereador” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “O meu parecer é favorável.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem. Senhores Vereadores.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Favorável.” -----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor.* -----

**Proposta de Integração de Entidades na Comissão de Cogestão do Parque Natural da Serra da Estrela - Apreciação e Votação de Minuta.** -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

**Proposta PCM n.º 114 /2021**

**(Mandato 2021-2025)**

**Considerando que,**

1 - O Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, instituiu o modelo de cogestão das áreas protegidas de âmbito nacional, que concretiza o princípio de participação dos órgãos municipais na respetiva gestão, ao abrigo do previsto na alínea c) do artigo 20.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

2 - A cogestão das áreas protegidas envolve três entidades; a comissão de cogestão e o respetivo presidente, e o conselho estratégico; -----

3 - A comissão de cogestão é presidida por um presidente de câmara municipal dos municípios abrangidos pela área protegida, e integra um representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., um representante de instituições de ensino superior, um representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas, e até três representantes de outras entidades, todas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos pela área protegida, como dispõe o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, no n.º 1 do art.º 7.º. -----

4 - A integração na comissão de cogestão dos representantes das instituições de ensino superior e de outras entidades é proposta pelos municípios abrangidos pela área protegida, conforme prevê o citado decreto-lei. -----

**Considerando igualmente que,** -----

5 - O Parque Natural da Serra da Estrela, área protegida de âmbito nacional criada pelo Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 167/79, de 4 de junho, e pelos Decretos Regulamentares n.º 50/97, de 20 de novembro, e n.º 83/2007, de 10 de outubro, integra territórios dos Concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia. -----

**Nesta conformidade,** -----

**Tenho a honra de propor ao digno Órgão Executivo, para que delibere:** -----

**Ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 3º, artigo 32º e alíneas o) e t) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, a integração na Comissão de Cogestão do Parque Natural da Serra da Estrela, das seguintes entidades e nos termos da minuta que se anexa:**-----

• **Representante de instituições de ensino superior (alínea c) do n.º 1 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto) – Instituto Politécnico da Guarda.**-----

• **Representantes de outras entidades (alínea e) do n.º 1 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto):**-----

• **Associação Geopark Estrela** -----

• **Associação do Agrupamento de Baldios da Serra da Estrela Norte** -----

• **Entidade Regional de Turismo do Centro** -----

**PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DE ENTIDADES NA COMISSÃO DE COGESTÃO DO**

**PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA**

**[ao abrigo do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto]**

O **MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea *a*) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, publicado no anexo I da mesma lei, e conforme deliberação da Câmara Municipal de xx de xx de 2022, nos termos da alínea *r*) do n.º 1 do artigo 33.º, do citado diploma legal, que aprovou a indicação de entidades representantes das instituições de ensino superior e de outras entidades relevantes para o desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos pelo Parque Natural da Serra da Estrela, para integrarem a respetiva comissão de cogestão,-----

**E**-----

O **MUNICÍPIO DA COVILHÃ**, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel Pinheiro Pereira, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea *a*) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, publicado no anexo I da mesma lei, e conforme deliberação da Câmara Municipal de xx de xx de 2022, nos termos da alínea *r*) do n.º 1 do artigo 33.º, do citado diploma legal, que aprovou a indicação de entidades representantes das instituições de ensino superior e de outras entidades relevantes para o desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos pelo Parque Natural da Serra da Estrela, para integrarem a respetiva comissão de cogestão,-----

**E**-----

O **MUNICÍPIO DE GOUVEIA**, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Luís Manuel Tadeu Marques, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea *a*) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, publicado no anexo I da mesma lei, e conforme deliberação da Câmara Municipal de xx de xx de 2022, nos

termos da alínea *r*) do n.º 1 do artigo 33.º, do citado diploma legal, que aprovou a indicação de entidades representantes das instituições de ensino superior e de outras entidades relevantes para o desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos pelo Parque Natural da Serra da Estrela, para integrarem a respetiva comissão de cogestão,-----

**E**-----

O **MUNICÍPIO DA GUARDA**, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Fernando da Silva Costa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea *a*) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, publicado no anexo I da mesma lei, e conforme deliberação da Câmara Municipal de xx de xx de 2022, nos termos da alínea *r*) do n.º 1 do artigo 33.º, do citado diploma legal, que aprovou a indicação de entidades representantes das instituições de ensino superior e de outras entidades relevantes para o desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos pelo Parque Natural da Serra da Estrela, para integrarem a respetiva comissão de cogestão,-----

**E**-----

O **MUNICÍPIO DE MANTEIGAS**, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Flávio Miguel Tacanho Massano, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea *a*) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, publicado no anexo I da mesma lei, e conforme deliberação da Câmara Municipal de xx de xx de 2022, nos termos da alínea *r*) do n.º 1 do artigo 33.º, do citado diploma legal, que aprovou a indicação de entidades representantes das instituições de ensino superior e de outras entidades relevantes para o desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos pelo Parque Natural da Serra da Estrela, para integrarem a respetiva comissão de cogestão,-----

E-----  
O **MUNICÍPIO DE SEIA**, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, António Luciano da Silva Ribeiro, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea *a*) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, publicado no anexo I da mesma lei, e conforme deliberação da Câmara Municipal de xx de xx de 2022, nos termos da alínea *r*) do n.º 1 do artigo 33.º, do citado diploma legal, que aprovou a indicação de entidades representantes das instituições de ensino superior e de outras entidades relevantes para o desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos pelo Parque Natural da Serra da Estrela, para integrarem a respetiva comissão de cogestão,-----

Municípios cujos territórios integram o **PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA**, área protegida de âmbito nacional criada pelo Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 167/79, de 4 de junho, e pelos Decretos Regulamentares n.º 50/97, de 20 de novembro, e n.º 83/2007, de 10 de outubro, vêm, por este meio, propor a integração das seguintes entidades na Comissão de Cogestão da área protegida, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto:-----

**Representante de instituições de ensino superior (alínea *c*) do n.º 1 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto) – Instituto Politécnico da Guarda.-----**

• **Representantes de outras entidades (alínea *e*) do n.º 1 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto):** -----

◦ **Associação Geopark Estrela** -----

◦ **Associação do Agrupamento de Baldios da Serra da Estrela Norte** -----

◦ **Entidade Regional de Turismo do Centro**-----

Manteigas, aos [...] de \_\_\_\_\_ de 2022. -----

<b>MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA</b>	<b>MUNICÍPIO DA COVILHÃ</b>	<b>MUNICÍPIO DE GOUVEIA</b>
( )	( )	( )
<b>MUNICÍPIO DA GUARDA</b>	<b>MUNICÍPIO DE MANTEIGAS</b>	<b>MUNICÍPIO DE SEIA</b>
( )	( )	( )

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Isto é a continuidade de um processo que já veio aqui a votação há dois meses atrás, sensivelmente. Senhor Vereador.” -

- **Luís Couto, Vereador:** “A única coisa que eu queria perguntar é se houve alguma razão específica, algum critério específico para o Geoparque Sede deixar de estar na Guarda e passar para Manteigas.

Eu sou daqueles que entendo que não temos que ter cá tudo, mas de qualquer maneira gostava de perceber o que é que aconteceu, se há alguma coisa aqui que ..”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aquilo que foi decidido em Assembleia Geral, na passada semana, na passada sexta-feira, a Associação Geoparque Estrela era um assunto que já vinha sendo adiado desde a sua criação, aliás, nos últimos dois, três anos foi um assunto que está registado nas atas do Geoparque e continuamente foi sendo adiado e a Assembleia Geral decidiu agora tomar uma decisão, dentro do Território, com o critério de ser a centralidade, digamos, onde existe o maior número de geo sítios, é efetivamente em Manteigas, esse é um dado técnico e, portanto, a Assembleia Geral tomou a decisão de colocar a sede, até que outra decisão

seja tomada no futuro, mas colocar a sua sede precisamente em Manteigas e a partir de ali continuar a trabalhar de igual forma para o Território.-----

- **Luís Couto, Vereador:** “Muito bem”. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E, aquilo que foi referido por vários associados de vários Municípios é que muito mais do que a sede de uma qualquer instituição é preciso que a instituição trabalhe para os Territórios, para os Municípios e que de facto seja um motor de desenvolvimento para a nossa Região. E é isso que tem que passar a acontecer cada vez mais, até porque nós estamos numa fase, num período de avaliação do Geoparque Estrela. E, se foi criada essa marca há uns anos a esta parte, essa marca tem que ser potencializada para servir precisamente para atrair cada vez mais pessoas para o nosso Território.”

- **Luís Couto, Vereador:** “Muito bem. O meu voto é favorável, claro” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “As minhas palavras iniciais são logo de imensa preocupação e tristeza, porque muito se lutou para que a sede do Geoparque ficasse na Guarda, tinha todas as condições para ficar na Guarda, aliás a última Assembleia Geral, eu enquanto Presidente da Assembleia Geral, foi um tema que foi debatido e foi decidido, um assunto que ficou completamente resolvido, foi que a sede do Geoparque é na Guarda e nas instalações do Instituto Politécnico da Guarda. Foi assim que a Guarda se posicionou, foi assim que os Municípios presentes nessa Assembleia Geral perceberam a argumentação da Guarda, não só porque era o Presidente da Assembleia Geral, mas também enquanto Presidente membro associado do Geoparque que se marcou posição para que a sede não fosse alterada. E

posso dizer que na altura, quer a Covilhã, quer Manteigas que foi o Município que suscitou essa questão, mas não há nenhuma razão objetiva para ser alterada essa sede, absolutamente. Não venham dizer que é o que tem mais geo sítios, não é. Tem um geo sítio muito importante, que é o Vale Glaciar, mas nós também temos diferentes geo sítios, de igual ou maior importância, não é esse o argumento. O argumento é que nasceu a ideia no Instituto Politécnico da Guarda, a Guarda, o Município, acarinhou este projeto desde a primeira hora, como os Municípios quer os que estiveram na primeira fase de apoio, quer aqueles que aderiram a seguir. E, portanto, nada faz crer que existisse algum argumento objetivo que implicasse a saída da sede do Geoparque para Manteigas. Isto demonstra, claramente, a falta de peso político e desinteresse deste Executivo, como já demonstrou quer noutros projetos de índole Nacional e Europeia, como ficou bem marcado pelos atos que este Executivo desenvolveu nos últimos meses. É triste que a Guarda veja assim perder, no espaço de pouco mais de um mês, quer a cidade do futebol para Celorico da Beira, quer também o Geoparque que é algo que já estava assumido com os anteriores líderes do projeto, assumido com os anteriores associados deste projeto, que a Guarda tem plena capacidade, tem plena dimensão e é através da Guarda que este projeto podia ser desenvolvido e até ser um fator propulsor do desenvolvimento do Território, a não ser assim, se por um lado, o muito orgulha este Executivo que consegue e será amanhã que se farão um conjunto de projetos, senhor Presidente, eu alerta já, não perca o que tem na mão e procure conquistar mais . Agora perder o que está, da forma até silenciosa, porque Antes da Ordem do Dia, era um tema que devia ter sido logo debatido este assunto. É

importante este projeto do Geoparque, aquilo que custou a conquistar, quer pelo Instituto Politécnico da Guarda, quer pelo próprio Município, até por anteriores Executivos, mas dos quais o senhor também fez parte. De ânimo leve perder este projeto, nada contra Manteigas, nada contra nenhum Município do Distrito da Guarda, agora é certo que uma capital de Distrito, para o ser tem que materializar essa capitalidade em atos e desta forma, o senhor esvazia por completo a capitalidade de uma Cidade que foi Distrito, que é Distrito, mas que quer ser mais, que é a Capital da Sub-Região. E, assim, efetivamente esta forma de fazer política, este desinteresse por projetos mobilizadores, de natureza Nacional e Internacional, e a Guarda ver passar o comboio ao lado e nada fazer, é a demonstração clara de falta de peso político para assumir estes projetos, como bandeiras essenciais para o desenvolvimento da Capital e da Região e designadamente da marca Serra da Estrela. Disse.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, muito obrigado. O disco começa a riscar. O senhor vira o disco e toca o mesmo, portanto, o senhor é sempre a política “do bota abaixo”. O senhor continua a insistir por aí, olhe, vai continuar cada vez mais a falar sozinho. Um dia destes fica mesmo a falar sozinho, porque se o senhor insiste em falar mal de tudo e de todos. As eleições já passaram, já passaram as eleições, o povo decidiu e há mais vida para o futuro e quem não quiser encontrar essa vida para o futuro vai continuar a ir contra o muro. É assim que alguns fazem, os mais astutos desviam-se do muro e seguem outro caminho, há aqueles que não e, portanto, é isso que nós estamos sujeitos neste momento. -----

A decisão da Assembleia Geral foi soberana e o Relatório Técnico que fala sobre geo sítios efetivamente, mas eu não tenho nenhuma competência técnica para discutir geo sítios, mas o Relatório Técnico existe sobre essa matéria. Mas aquilo que eu devo dizer, a grande preocupação é com o local da sede. Então e o que é que o Geoparque fez para a Guarda, até hoje? O que é que o Geoparque e eu procuro, a todas e a todos, o que é que o Geoparque fez para a Guarda hoje em dia, para potencializar o nosso Território? Esse é que é o cerne da questão, muito mais importante do que secar tudo à volta, não se deve secar tudo à volta, o tal espírito Regional. Nós queremos ou temos é que exigir que haja o contributo de todas essas instituições para defender o nosso Território, para trazer mais valias para o nosso Território que é global, e já que o senhor fala na academia do futebol, é vergonhoso aquilo que fez a sua governação, foi não responder, é o que está escrito. Olhe o senhor até me devia agradecer, eu tomei as suas dores em muitos sítios, o senhor devia era de me agradecer e até pedir desculpa à Guarda, mas já que o senhor quis ir por aí, o senhor não respondeu em tempo útil às questões que foram colocadas por escrito pela da Associação de futebol da Guarda. E, eu em muitos sítios tomei as suas dores e nunca me ouviu falar mal de si, tomei as suas dores, porque era Presidente da Câmara da Guarda aqui. E eu tento que honrar a Câmara Municipal da Guarda que é uma entidade de bem. Mas o senhor acha por bem ir por estes caminhos, do falar mal, do falar mal, e é isto que nós estamos sujeitos, mas o caminho faz-se caminhando, cada um faz o caminho da forma que bem entender. Sobre este ponto como é que os senhores...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “senhor Presidente desejo replicar.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas olhe, veja lá, porque o Regimento fala aqui sobre as réplicas também, está aqui escrito sobre as réplicas, está bem.”

-----  
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Vamos complicar?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Pronto.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “(…).” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Já vai na segunda réplica, olhe está aqui escrito, é a segunda réplica, está aqui.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo, ... Certo... eu só queria, relativamente a esta matéria, dizer o seguinte: o senhor Presidente tem que tomar de facto as dores da Câmara Municipal da Guarda, não as minhas. Segundo, não tenho que pedir desculpas à Guarda, porque o senhor deixou-se invadir de um conjunto de falsidades e de artifícios que ainda hoje estão por explicar à Guarda.-----

E já que falou na situação da Associação de Futebol da Guarda, os processos, comigo na Câmara Municipal da Guarda e com as instituições são processos transparentes. A candidatura terminou em agosto do ano passado, e é sobre a candidatura que temos que dar resposta, não é sobre conversas colaterais, com outros associados da Associação de Futebol da Guarda, e eu nesta matéria tenho sempre e tive a palavra do Presidente da Associação, de que, a Guarda era um destino viável para esta solução. E, estive sempre ao dispor, enquanto Presidente da Câmara, para garantir à Associação de Futebol da Guarda todas as condições para que esta Cidade do Futebol viesse para a Guarda. E, aquilo que a Associação de Futebol da Guarda fez, digo aqui claramente, foi uma subalternização clara de um

projeto que estava a ser trabalhado, nada contra Celorico mais uma vez, os Presidentes de Câmara têm que fazer o trabalho deles. Agora as Associações e no relacionamento entre o Município da Guarda e a Associação de Futebol da Guarda impunha-se que a Associação tivesse tido, uma responsabilidade, um respeito para com a Câmara da Guarda, que o senhor não exigiu, porque era com a Câmara que o senhor também fez parte, era também um projeto que estava a ser tratado por mim próprio, onde se aguardou para a apresentação da candidatura e é sobre essa candidatura que nós temos que responder, não é por conversas políticas, no tempo das eleições, porque senão ouça-se o antigo candidato à Associação de Futebol da Guarda. As promessas que houve da Associação de Futebol, do senhor Presidente candidato, a outros Concelhos e outros Municípios para ali fazer, a troco de interesses políticos, este projeto, passei sempre ao lado dessa questão. Considerei sempre que as instituições se respeitam e merecem o respeito entre si e foi assim que aguardei, serenamente, o prazo de candidatura que decorreu, salvo erro, entre final de junho de dois mil e vinte e um e agosto, primeira quinzena de dois mil e vinte e um, fez-se a candidatura, estávamos em pleno período eleitoral. Sim senhora, tecnicamente, respondemos àquilo que havia necessidade de responder, não às conversas e àquilo que são exigências fora da candidatura, temos que responder ao que estava na candidatura, e não se diga, primeiro havia necessidade de ter um campo disponível, falei com os clubes e os clubes também tinham essa necessidade, a certa altura algo que eu ainda não ouvi comentar por ninguém, que era um pavilhão com anexo ao campo de futebol, ao futebol onze. Até isso eu cheguei a desenvolver esforços com o Casal de Cinza para estudar essa

solução e assim prepararmos melhor este projeto. Quando nós damos conta, como eu disse, a pouco mais de dois meses, nós somos surpreendidos com uma decisão de que já não é na Guarda, não é respeitar a Câmara da Guarda, não é assim que se fazem as coisas. E, portanto, repito, não vamos envolver aqui os Municípios, cada Presidente tem o seu papel. Já é diferente a responsabilidade que o atual Presidente da Associação de Futebol da Guarda tem perante um processo que levou muitos meses a ser tratado e que teve um desfecho que prejudicou, e não se trata de secar, que prejudicou gravemente a nossa cidade, o nosso Concelho e a Associação de Futebol da Guarda. Disse.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, apenas para o lembrar uma coisa: é que o senhor..., podíamos estar todos em campanha eleitoral, mas devia ter respondido à comunicação que lhe foi enviada no final de agosto ...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Qual é a comunicação?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “... que não respondeu, ...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Qual é a comunicação?”. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “... que tinha a ver com a cedência do campo por não sei quantos anos que era a exigência da Associação de Futebol da Guarda...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Qual campo?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “... do espaço para fazer a Academia do Futebol. Existe essa comunicação e não foi respondida, por si em agosto...”

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Onde é que está essa comunicação, senhor Presidente?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O senhor está a duvidar da minha palavra, que está a ficar registada em ata?” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Onde está essa comunicação?” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Então eu faço-lhe chegar essa comunicação.”
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Quando é que me foi notificada...” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Então eu faço-lhe chegar, não se preocupe...”
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Ok!”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu faço-lhe chegar...”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Faça chegar... Faça chegar” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “... que é para o senhor não andar a cuspir para o ar, permita-me a expressão, e depois pode-lhe cair em cima.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Faça chegar... Faça chegar... Faça chegar chegar”. -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “... é que lhe cai mesmo em cima, porque o senhor constantemente, a culpa é sempre dos outros. ...” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Faça chegar... Faça chegar... Faça chegar”
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Olhe e não sei se as suas relações...” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Eu não recebo a correspondência da Câmara Municipal enquanto Presidente, mas faça-me chegar isso.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “O senhor ...Nós não temos nada a ver com o seu antigo relacionamento com o Presidente da Associação de Futebol da Guarda...” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nem antigo, nem novo.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Já ficamos a perceber que poderá haver aí uma qualquer animosidade, mas nós por aí, não é esse o caminho, não temos

nada a ver com isso, se se apoia um candidato ou se apoia outro, nós não nos vamos imiscuir nessa matéria. O que é facto é que a Guarda não foi salvaguardada, porque não foi respondido em tempo útil. E, por isso, e eu nunca tinha falado nisto até agora, nem queria falar, o senhor é que ousou tocar no assunto.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Estamos cá é para falar.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas o que é facto, é que eu tive que tomar as suas dores, da sua falta de resposta perante essas comunicações ...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Não recebo a correspondência da Câmara Municipal da Guarda eu, nem o senhor Presidente, com certeza, recebe a correspondência da Câmara Municipal da Guarda.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Olhe ... Pode encontrar as desculpas todas que bem entender, mas a comunicação estava no seu Gabinete.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “No meu Gabinete não.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E, portanto, ...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Mas faça chegar, dê-me conhecimento publico dessa nota ... faça chegar esse documento (...)” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Essa, senhor Vereador, é a verdade dos factos e tanto que é, que foi aquilo que depois, ...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “A sua verdade...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “... foi de tal forma propagandeado pela Associação de Futebol da Guarda infelizmente, que não deveria ter seguido esse caminho...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Aí estamos de acordo” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “... , mas sobre essa matéria, eu já falei em devido tempo.” -----

Sobre este ponto, qual é que é o sentido da vossa votação?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sobre o ponto dois e sobre a proposta de integração, fora as outras questões que foram aqui debatidas ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, estamos a falar do ponto dois objetivamente é o que está proposto.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Objetivamente, a cogestão sim, somos a favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem.” -----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor.* -----

**Fornecimento de Energia Elétrica - Instalações Alimentadas em Baixa Tensão Especial - Abertura do Procedimento.** -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

#### **Proposta PCM nº 112/2022**

**(Mandato 2021 – 2025)**

**Considerando que:** -----

1 – Na sequência dos procedimentos realizados para fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão Especial, todos os concorrentes foram excluídos, ou não foi possível a adjudicação, pelo motivo da instabilidade do mercado da eletricidade, estando os preços a aumentar constantemente; -----

2 -Torna-se necessário, de forma a regularizar a situação, a abertura de novo procedimento para o fornecimento de energia elétrica – Instalações alimentadas em Baixa Tensão Especial, estimando-se um valor de €350.000,00+IVA, por um prazo de seis meses ou até ao esgotar do valor definido. -----

**Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar:** -----

1 – Decidir autorizar a despesa, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos; -----

2 - Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos; -----

3 – A abertura do procedimento de formação do contrato através de um ajuste direto, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 24º do Código dos Contratos Públicos; -----

4 – O envio do convite à empresa “Gás Natural Comercializadora, S.A. – Sucursal em Portugal”. -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto.”

- **Luís Couto, Vereador:** “(...) muito própria, mas tentarmos não fazer ajustes diretos destes valores.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Plenamente de acordo. Aliás, é nossa preocupação junto dos Técnicos para evitar ao máximo esse tipo de contratação e, por isso, e tal como eu falei na última Reunião de Câmara, fazer alguma contratação coletiva com outros Municípios, através da Associação de Municípios da Cova da Beira, para tendencialmente conseguirmos baixar estes custos, ...“-----

- **Luís Couto, Vereador:** “Muito bem.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “... porque de facto o valor da energia elétrica está a cavalgar de uma forma completamente insuportável.”-----

- **Luís Couto, Vereador:** “Mas pronto, o meu voto é favorável, claro.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Votamos favoravelmente.”-----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor.* -----

**Passadiços do Vale do Mondego - Lote 1 - Aprovação de Trabalhos Complementares e de Trabalhos a Menos.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

**Proposta PCM n.º 108/2022**

**(Mandato 2021 – 2025)**

**Considerando que,** -----

1 – Da empreitada de “**Passadiços do Vale do Mondego – Lote 1**”, adjudicada à empresa Carmo – Estruturas em Madeira, S.A., pelo valor de €1.257.227,55+IVA, verificou-se a necessidade de suprimir trabalhos, conforme informação técnica, no valor de 28.605,18€, ao qual acresce a taxa de IVA em vigor e executar trabalhos complementares, de acordo com o n.º 1 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, cuja espécie não consta do contrato inicial e que se tornam necessários, na sequência de circunstâncias não previstas, para a boa execução da obra e estritamente necessários para garantia do interesse público e conclusão da empreitada, com um valor de 81.265,24€, ao qual acresce a taxa de IVA em vigor:

2 - A realização de trabalhos (devidamente fundamentada na informação técnica que faz parte integrante da presente proposta), resultante de circunstâncias não previstas ascende aos 81.265,24€, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 6,46%, inferior, portanto ao máximo estipulado na alínea b) do n.º 2 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, que são 10%; -----

3 – Da supressão dos trabalhos, no valor de 28.605,18€, não resulta indemnização ao empreiteiro, dado cumprir-se o disposto no n.º 1 do artigo 381º do Código dos Contratos Públicos; -----

4 – O equilíbrio financeiro contratual mantém-se, com a execução dos trabalhos complementares previstos e a supressão dos trabalhos referenciados nos documentos em anexo e que fazem parte integrante da presente proposta.-----

5 – Os trabalhos complementares não excedem os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, devendo os mesmos ser reduzidos a escrito, conforme o disposto no artigo 375º do referido diploma legal.-----

**Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----**

1 – Aprovar os trabalhos a menos no valor de 28.605,18€, acrescido da taxa de IVA em vigor, a que corresponde uma percentagem de 2,28% do valor total do contrato;-----

2 – Deduzir o valor do auto de trabalhos a menos ao preço contratual, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 379º do Código dos Contratos Públicos; -----

3 – Aprovar os trabalhos complementares no valor de 81.265,24€, acrescido da taxa de IVA em vigor, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 6,46%, inferior, portanto ao máximo estipulado na alínea b) do n.º 2 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, que são 10%;-----

4 – A prorrogação do prazo de execução por mais 60 dias para execução dos trabalhos complementares, conforme o disposto no artigo 374º do Código dos Contratos Públicos. -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Ora bem. O que é que eu queria dizer a este propósito. É que quer o ponto quatro, quer o ponto cinco, tem a ver com a prorrogação de trabalhos complementares no âmbito da obra dos Passadiços do Vale do Mondego. Digamos que a grande... Eu fico um pouco sem saber o que dizer como é que, no projeto inicial isto não é incluído. isto não é

incluído e, portanto, como é que a Câmara ao avaliar, ao analisar. os Técnicos, nomeadamente, se é que chegou à mão, ao avaliar um projeto desta natureza, onde se vão gastar dois milhões e setecentos mil euros, não inclui coisas tão básicas como estas que estão agora a ser, os trabalhos complementares aqui sugeridos. E, portanto, eu queria, mais uma vez, apenas como proposta para o futuro, sensibilizar que quando se apresenta um projeto, seja bem avaliado, nem que se demore mais, bem avaliado e que seja bem estudado, porque demoras por demoras, já se demoram com as obras quando estão elas em curso. Portanto, que sejam antes vistas estas situações para isto não acontecer, porque depois é, a Câmara <municipal mais uma vez a perder dinheiro.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “pedia ao Senhor Chefe de Divisão, o Arq. Isidro, se nos quer dar alguma informação adicional sobre estas questões, se são imponderáveis, se... força, força, força...”-----

- **Isidro Almeida, Chefe de Divisão de Planeamento Obras e Urbanismo:** “Sim, estes trabalhos complementares têm essencialmente a ver com imponderáveis decorrentes da obra, no local, que por vezes é preciso fazer ajustes no terreno, do sítio do encontro dos próprios passadiços, coisas que, naturalmente vão surgindo na obra e que vão sendo executados e previstos nestes trabalhos.”-----

- **Luís Couto, Vereador:** “Será que não era importante em projecto inicial, estar incluído o acesso, o acesso a uma zona que poderá ser uma zona com grande potencial turístico que é uma zona de visita às fábricas dos trinta, será que as zonas de palco, as zonas que permitem miradouros não deviam ter sido pensados com outra, doutra forma daquilo que foram.”-----

**- Isidro Almeida, Chefe de Divisão de Planeamento Obras e Urbanismo:**

“Sim... sim, muitas vezes ...” -----

**- Luís Couto, Vereador:** “O que eu estou a dizer...”-----

**- Isidro Almeida, Chefe de Divisão de Planeamento Obras e Urbanismo:**

“Certo.” -----

**- Luís Couto, Vereador:** “... Eu sei que às vezes à uma vontade muito grande em realizar os projectos e as vezes deixam-se cair coisas para o lado, ou não se dá conta que aquilo é necessário, ou... agora...”-----

**- Isidro Almeida, Chefe de Divisão de Planeamento Obras e Urbanismo:**

“Não, por exemplo, esta questão dos miradouros é uma necessidade que se viu agora dado o local ter essa possibilidade do local ter essa visibilidade, dar-lhe capacidade de ter mais que as pessoas que circulam.”-----

**- Luís Couto, Vereador:** “Ó Senhor Arquitecto, eu digo –lhe mais, nem são os técnicos da Câmara, a própria empresa deveria estar sensibilizada para esse facto, e chamar à atenção ao Projecto, desse facto também...”-----

**- Isidro Almeida, Chefe de Divisão de Planeamento Obras e Urbanismo:**

“... Prever no projecto, ...”-----

**- Luís Couto, Vereador:** “... Não era? -----

Portanto a min há chamada de atenção tem a ver com isto, portanto, é que depois isto tudo que atrasa, os bons projectos para a Guarda. E considerando que este será um bom projecto para a Guarda.” -----

**- Sérgio Costa, Presidente:** “Claro que sim. Claro que sim. Claro que sim.” -----

**- Luís Couto, Vereador:** “Mas a minha votação é favorável.” -----

**- Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Votamos favoravelmente.”-----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor.* -----

**Passadiços do Vale do Mondego - Lote 2 - Aprovação de Trabalhos Complementares.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

**Proposta PCM n.º 109/2022**

**(Mandato 2021 – 2025)**

**Considerando que,** -----

1 – Na empreitada de “**Passadiços do Vale do Mondego – Lote 2**”, adjudicada à empresa Floponor - Florestas e Obras Públicas do Norte, S.A., pelo valor de €1.466.483,37+IVA, verificou-se a necessidade de executar trabalhos complementares, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, cuja espécie não consta do contrato inicial e que se tornam necessários, na sequência de circunstâncias não previstas, para a boa conclusão da obra e estritamente necessários para a garantia do interesse público, com um valor de 24.290,36€ ao qual acresce a taxa de IVA em vigor; -----

2 – A realização de trabalhos (devidamente fundamentada na informação técnica que faz parte integrante da presente proposta), resultante de circunstâncias não previstas ascende aos 24.290,36€, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 1,66%, inferior, portanto ao máximo estipulado na alínea b) do n.º 2 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, que são 10%; -----

3 – Os trabalhos complementares não excedem os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, devendo os mesmos ser reduzidos a escrito, conforme o disposto no artigo 375º do referido diploma legal.-----

**Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar:** -----

1 – Aprovar os trabalhos complementares no valor de 24.290,36€, ao qual acresce a taxa de IVA em vigor, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 1,66%, inferior, portanto ao máximo estipulado na alínea b) do n.º 2 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, que são 10%;-----

2 – A prorrogação do prazo de execução por mais 22 dias para execução dos trabalhos complementares, conforme o disposto no artigo 374º do Código dos Contratos Públicos. -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto”-----

- **Luís Couto, Vereador:** “É a mesma coisa, a mesma crítica e ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “... Correcto.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “.... Também voto favorável.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores vereadores.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Votamos favorável.”-----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor.* -----

**Reabilitação dos Espaços Públicos na Rua Cândido Dias Lopes - Bairro S. Miguel - Aprovação de Trabalhos Complementares.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

#### **Proposta PCM n.º 111/2022**

**(Mandato 2021 – 2025)**

**Considerando que,** -----

1 – Na empreitada de “**Reabilitação dos Espaços Públicos na Rua Cândido Dias Lopes**”, adjudicada à firma Samuel Augusto, Lda., pelo valor de 166.030,95€+IVA, verificou-se a necessidade de executar trabalhos complementares, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, cuja espécie não consta do contrato inicial e que se tornam

necessários, na sequência de circunstâncias não previstas, para a boa conclusão da obra e estritamente necessários para a garantia do interesse público, com um valor de 16.520,75€ ao qual acresce a taxa de IVA em vigor; -----

2 – A realização de trabalhos (devidamente fundamentada na informação técnica que faz parte integrante da presente proposta), resultante de circunstâncias imprevistas ascende aos 16.520,75€, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 9,95%, inferior, portanto ao máximo estipulado na alínea b) do n.º 2 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, que são 10%; -----

3 – Os trabalhos complementares não excedem os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, devendo os mesmos ser reduzidos a escrito, conforme o disposto no artigo 375º do referido diploma legal. -----

**Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar:** -----

1 – Aprovar os trabalhos complementares no valor de 16.520,75€, ao qual acresce a taxa de IVA em vigor, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 9,95%, inferior, portanto ao máximo estipulado na alínea b) do n.º 2 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, que são 10%; -----

2 – A prorrogação do prazo de execução por mais 60 dias para execução dos trabalhos complementares, conforme o disposto no artigo 374º do Código dos Contratos Públicos. -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Eu aqui gostaria de perguntar o seguinte. Há ou não uma candidatura para ajudar a câmara da guarda há despesea que a Câmara da Guarda vai ter com os passadiços do Mondego? Há alguma candidatura feita?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Há Candidatura feita, estamos a fazer o caminho do possível financiamento do todo ou em parte. É esse trabalho que nós andamos a fazer.”-----
- **Luís Couto, Vereador:** “Muito bem, e outra coisa que eu também queria perguntar neste momento, para além disto prevêem-se ainda mais trabalhos a mais ou não.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não o que vai ter que acontecer é uma outra empreitada, das infraestruturas de apoio, que nós falaremos sobre ela assim que esteja tudo no Ponto para vir aqui à aprovação nesta câmara.”-----
- **Luís Couto, Vereador:** “Portanto neste Momento o que está é a possibilidade desta despesa ...”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Pode haver é trabalhos a menos, aliás vai haver trabalhos a menos a certa altura na empreitada.”-----
- Sim... e depois... sim.**-----
- **Luís Couto, Vereador:** “Portanto vai haver a possibilidade de ser financiada.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim... sim... sim”-----
- **Luís Couto, Vereador:** “Através da CCDRC...”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Exactamente, exactamente...”-----
- **Luís Couto, Vereador:** “Pronto OK.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Exactamente”-----
- **Luís Couto, Vereador:** “Voto favoravelmente”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sobre o ponto Seis, Senhor Vereador.”-----
- **Luís Couto, Vereador:** “Sim também Voto favoravelmente.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sim também votamos favoravelmente” ----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor. -----*

**Reabilitação de Espaço Público - Rua das Flores - Bairro das Lameirinhas -**

**Resolução do Contrato. -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

**Proposta PCM n° 113/2022**

**(Mandato 2021 – 2025)**

**Considerando que: -----**

1 – Tendo sido deliberado pelo Executivo Municipal, em reunião ordinária realizada em 10.12.2021, a resolução do contrato da empreitada de “Reabilitação de Espaço Público – Rua das Flores – Bairro das Lameirinhas”, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 405º do Código dos Contratos Públicos, foi o empreiteiro notificado desse ato, para pronúncia, em 10.02.2022; -----

2 – Em 16.02.2022, o empreiteiro apresentou pronúncia, justificando o incumprimento do contrato por motivos associados à pandemia instalada devido ao Covid-19, e ainda porque as empresas não tinham mão de obra disponível, nem as fábricas tinham matérias primas para entrega aos fornecedores:-----

3 – Foram ainda referidas as dificuldades na entrega do projeto da cobertura, uma vez que as empresas informaram a inviabilidade de execução do projeto; -----

4 – O Município decidiu, ao tempo, reavaliar a intervenção face ao impacto da estrutura proposta no edifício da escola primária e no edifício do Grupo Desportivo e Recreativo das Lameirinhas, provocando demora relativamente ao início dos trabalhos, pelo que se poderá considerar uma responsabilidade partilhada dos intervenientes na eventual revogação do contrato com acordo entre as partes, dado que também foram apresentadas dificuldades por parte da empresa na execução de alguns trabalhos; -----

5 - Existe disponibilidade, quer do dono da obra, quer do empreiteiro, para a resolução amigável do contrato da empreitada, por manifesta quebra de interesse das partes, não existindo nenhuma penalidade para qualquer das partes;-----

6 – Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 330 e artigo 331º do Código dos Contratos Públicos, prevê-se a revogação de contrato como uma das causas de extinção do mesmo, pelo que, “as partes podem, por acordo, revogar o contrato em qualquer momento”, sendo que “os efeitos da revogação serão os que tiverem sido validamente fixados no acordo.-----

**Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----**

1 – A revogação da deliberação do Executivo Municipal, tomada em reunião ordinária realizada em 10.12.2021;-----

2 – A revogação do contrato, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 330º e do artigo 331º do Código dos Contratos Públicos;-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Este assunto já tinha vindo aqui algum tempo atrás e agora é alvo de uma, uma clarificação para que se possa lançar a nova empreitada.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Eu só estranho não ter sido acautelada a realização da obra em devido tempo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É verdade, é verdade.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “De qualquer maneira claro que eu voto favoravelmente.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem” -----

A obra esteve mais de um ano fora de prazo e, portanto, a única possibilidade legal era esta.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Senhor presidente, também é uma chamada de atenção não é ao executivo, mas é à câmara municipal, a demora das obras a demora das obras nesta cidade, e a facilidade com que justificam a demora das obras, também.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “A COVID já começa a não ser desculpa para nada. -----

Pois ... ou para tudo digamos assim.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “A COVID e o tempo, quando tivermos verão ou primavera até março.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aliás continuamos, esta chuva ainda permite fazer muitos trabalhos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Voto favoravelmente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores vereadores.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Votamos favoravelmente” -----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor. -----*

**Requalificação Urbana dos Arruamentos no Eixo Rodoviário da Avenida Dr.**

**Afonso Costa, Av. Alexandre Herculano, Rua Soeiro Viegas e Alameda de St.**

**André - Aprovação de Novo Plano de Trabalhos e de Prorrogação de Prazo. --**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

#### **Proposta PCM n.º 110/2021**

**(Mandato 2021 – 2025)**

**Considerando que,** -----

1 – A empreitada de obra pública foi adjudicada à firma João Tomé Saraiva – Sociedade de Construções, Lda., pelo valor de 1.331.357,92€+IVA e com um

prazo de execução de 400 dias, tendo sido prorrogado o prazo por mais 279 dias, sendo o termo final do contrato no dia 30 de março de 2022;-----

2 – Trata-se de uma obra que decorre em pleno meio urbano, com um volume de tráfego considerável, em que os trabalhos têm que ser planeados por etapas/ fases, provocando cortes parciais/ totais de artérias, o que origina faltas de eficiência, uma vez que os trabalhos não decorrem com a mesma celeridade e produtividade;

3 – Face às condições climatéricas adversas, os trabalhos a executar na obra ficam condicionados e/ou não podem ser realizados; -----

4 – Ambas as partes reconhecem que estas ocorrências tiveram como consequência o abrandamento do ritmo dos trabalhos, por impossibilidade de realizar os mesmos;

5 – A empresa encontra-se no local a dar continuidade aos trabalhos para conclusão do contrato e enviou um novo plano de trabalhos atualizado, que se anexa e faz parte integrante desta proposta; -----

6 – Ao Município da Guarda incumbe o poder-dever de salvaguardar o interesse público da boa execução e do respetivo dispêndio de dinheiros públicos;-----

7 – Circunstâncias que, todas elas ponderadas, impõem ao Município da Guarda o dever de reponderar o plano de trabalhos, devendo consequentemente, o empreiteiro proceder ao ajustamento do plano de trabalhos, nos termos estritamente necessários à execução dos trabalhos em falta que não foi possível executar. -----

**Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----**

– Aprovar o novo plano de trabalhos proposto pelo empreiteiro e conceder a prorrogação de prazo de 45 dias, até ao dia 14 de maio de 2022, de acordo com o disposto no artigo 361º do Código dos Contratos Públicos. -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Cá está um bom exemplo em que as condições climatéricas veem justificar duzentos e tal dias de atraso ou de prorrogação

do prazo, e agora mais quarenta e cinco dias, eu vou votar favoravelmente porque a obra tem que ser feita e o mais rápido possível. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Esta prorrogação já tem a ver aqui, aliás vamos ter que fazer aqui a aprovação de alguns trabalhos complementares um dia destes, os técnicos estão a elaborar isso, porque havia a falta de um colector pluvial na Rainha D. Amélia, que há necessidade de ser executado, porque o que lá estava já não estava em condições, e o que poderia acontecer era rebentar a caixa ao pé da rotunda. houve essa necessidade e a pavimentação que depois vai que ter que ser feita a pavimentação definitiva que é a última coisa a fazer, para que os trabalhos fiquem com a durabilidade necessária.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Muito bem -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem, então ...” -----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor. -----*

Era por aqui que eu devia ter começado e não comecei, a acta da reunião anterior, não sei se há alguma questão que queiram colocar sobre a acta. ----

Sobre aquele, um documento que foi distribuído, é uma peça que falta naquele concurso que está ali do fornecimento da energia eléctrica, que os técnicos não produziram em tempo útil e fizeram chegar em mão e é o modelo próprio é transpor o que estamos a aprovar para o modelo técnico.

Portanto é apenas uma clarificação sobre isso. -----

Se concordarem todos fazemos as aprovações em minuta.-----

Muito obrigado. -----

## ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de executoriedade imediata.-----

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezasseis horas e seis minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim,

\_\_\_\_\_ Octávio Lúcio Morgado  
dos Santos Duarte, Técnico Superior, que a subscrevi.-----